



COMUNIDADES TRADICIONAIS NA REGIÃO DE CAXIAS E COELHO NETO

Vai derrubando tudo pela frente: os efeitos dos megaempreendimentos

3



PROJETO
CONFLITOS SOCIAIS E
DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL NO
BRASIL CENTRAL

Boletim Informativo - **Conflitos Sociais e Desenvolvimento Sustentável no Brasil Central**

Vai derrubando tudo pela frente: os efeitos dos megaempreendimentos

EXPEDIENTE

Periodicidade: irregular;
Idioma: Português

EDITORIAL

PROJETO NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DA
AMAZÔNIA – PNCSA

COORDENAÇÃO GERAL

Alfredo Wagner Berno de Almeida – PNCSA/UEA
Helciane de Fátima Abreu Araújo – PPGCSPA /UEMA
Carmen Lúcia Silva Lima – PNCSA/UFPI
Franklin Plessmann de Carvalho – PNCSA/UFRB
Jurandir Santos de Novaes – PPGCSPA /UEMA

EQUIPE DA PESQUISA

Helciane de Fátima Abreu Araújo (PNCSA/UEMA)
Arydimar Vasconcelos Gaioso (GESEA/PNCSA/UEMA)
Adaildo Pereira dos Santos (GESEA/PNCSA/UEMA)
Samara Fernanda da Silva Felismino (GESEA/UEMA)
Marcos Araújo Costa (PIBIC/UEMA)
Emmanuele Vale Silva (PIBIC/UEMA)
Emanuela Silva Ferreira (PIBIC/UEMA)

FOTOGRAFIAS

Adaildo Pereira dos Santos (PNCSA/UEMA)
Arydimar Vasconcelos Gaioso (GESEA/PNCSA/UEMA)

PROJETO GRÁFICO/CAPA

Marcela Costa de Souza

CONTATO

Divulgação: UEA Edições/PNCSA

Endereço: Av. Leonardo Malcher, 1728, 6º andar – UEA/ESAT 69010-170 – Centro – Manaus, AM

Contato: pncaa.uea@gmail.com

BOLETIM INFORMATIVO - CONFLITOS SOCIAIS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO BRASIL CENTRAL – Nº 3/ 2019

A coleção Conflitos Sociais e desenvolvimento sustentável no Brasil Central compreende um conjunto de trabalhos, que registram as mobilizações de movimentos sociais concernentes à comunidades e povos tradicionais e que se articulam em uma multiplicidade de formas político-organizativas voltadas para lutas de reconhecimento e de redistribuição. Refletem não somente a diversidade social e a gama de pontos de vista e suas respectivas práticas, mas sobretudo situações de conflito e conhecimentos intrínsecos aos processos reais e às realidades localizadas.

Participantes

Valdemir Gaspar Ribeiro-Povoado Santa Maria, Milagres Rego- Povoado Piranhas, Nhozinho Rodrigues de Araújo (STTR/Coelho Neto) Maria de Fátima- Povoado Centro do Açude, Maria Antônia- Povoado Curupati, Nairana Ferreira (STTR/Coelho Neto), Antônio da Natividade (STTR/Coelho Neto), Fabio- Povoado Piranhas, Maria Aneci Martins (STTR/Coelho Neto) e Mauricélia Ferreira (STTR/Coelho Neto)

NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL

UEA Edições

COORDENAÇÃO GERAL DO PNCSA

Alfredo Wagner Berno de Almeida
Rosa Elizabeth Acevedo Marín

PONTOS DE GEOREFRENCIAMENTO (orientação e tomada de pontos)

Adaildo Pereira dos Santos (PNCSA/UEMA)
Arydimar Vasconcelos Gaioso (GESEA/PNCSA/UEMA)
Helciane de Fátima Abreu Araújo (PNCSA/UEMA)
Samara Fernanda da Silva Felismino (GESEA/UEMA)
Emmanuele Vale Silva (PIBIC/UEMA)

TRANSCRIÇÃO DE MATERIAL AUDIOVISUAL

Samara Fernanda da Silva Felismino (GESEA/UEMA)
Marcos Araújo Costa (PIBIC/UEMA)
Emmanuele Vale Silva (PIBIC/UEMA)
Emanuela Silva Ferreira (PIBIC/UEMA)

CARTOGRAFIA

Poliana de Sousa Nascimento
Jéssica Maria Barros da Silva
Adaildo Pereira dos Santos (PNCSA/UEMA)

APOIO NA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO DE CAMPOS E OFICINA

Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Coelho Neto - MA
Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Afonso Cunha - MA

FICHA CATALOGRÁFICA

B748 Boletim Informativo - Conflitos Sociais e Desenvolvimento Sustentável no Brasil Central / Vai derrubando tudo pela frente: os efeitos dos megaempreendimentos – N. 03 (ago. 2019) / Coordenação da pesquisa: Arydimar Vasconcelos Gaioso –. – Manaus: UEA Edições/ PNCSA, 2019.

Irregular
Coordenação do PNCSA: Alfredo Wagner Berno de Almeida (NCSA/CESTU/UEA, CNPq) e Rosa Elizabeth Acevedo Marín (UFPA-NAEA/PNCSA)
ISSN: 2674-7413

1. Indígenas. 2. Territorialidade. 3. Conflitos sociais I. Título. II. Gaioso, Arydimar Vasconcelos.

CDU 39:528.9

(Elaborada por: Rosiane Pereira Lima - CRB 11/963)



As situações abordadas aqui referem-se aos efeitos do avanço do agronegócio na denominada mesorregião do Leste Maranhense, mais especificamente nas microrregiões de Coelho Neto e Caxias. As pesquisas foram realizadas no período de abril de 2017 a abril de 2019 com o objetivo de perceber os efeitos desses megaempreendimentos no modo de vida de famílias que tradicionalmente ocupam essa região e os impactos no meio ambiente.

Entre os anos de 2004 e 2006 o Grupo de Estudos Socioeconômicos da Amazônia- GESEA/UEMA em convênio com o Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia realizou mapeamento de comunidades quilombolas nos municípios de Caxias e Coelho Neto, respectivamente. Em Coelho Neto as famílias de trabalhadores rurais, quebradeiras de coco e quilombolas já vivenciavam os efeitos dos empreendimentos agrícolas de cana de açúcar e bambu no modo de vida em unidades sociais, aqui denominadas de comunidades tradicionais, e denunciavam, entre outras ações das empresas, as formas de imobilização da força de trabalho, o deslocamento compulsório de famílias por terem suas terras invadidas pelas plantações e a poluição dos riachos e córregos.

Uma década depois, percebe-se o avanço desses empreendimentos, tanto na diversificação dos produtos como nas agroestratégias de empresas. Avanços pautados no discurso desenvolvimentista ligado à ideia de progresso e nas dicotomias tradicional/moderno, desenvolvido/atrasado, desprivilegiando os modos de vida e de produção econômica que não se adequa a esse modelo de desenvolvimento. Adequar-se a esse modelo é exigido pelos seus adeptos como a saída da situação de “atrasado” e de “pobreza”. Entretanto, o que os dados empíricos aqui apresentados demonstram é que esse modelo não se traduziu em termos de um desenvolvimento socioeconômico favorável à economia local/regional. Ao contrário, o que se percebe é a concentração de terras e aumento da renda dos proprietários/empresários em detrimento da situação das famílias que tradicionalmente vivem nessa região e fazem uso do território a partir de uma territorialidade específica.

Nas situações aqui abordadas, trabalhadores e trabalhadoras rurais, quebradeiras de coco, quilombolas, denunciam as formas impositivas desses empreendimentos que não levam em consideração a especificidade de um modo de vida, desestruturando e/ou impedindo a continuidade de um modo de produção baseado no sistema de uso comum da terra, na autonomia no controle e uso dos recursos naturais e na unidade de produção familiar, visto por esses empreendimentos como “atrasado”, “arcaico” e “primitivo”.

Vários são os problemas ocasionados pelo avanço desses empreendimentos e pela apropriação dos recursos naturais: multiplicaram os casos de cercamentos de terras, o deslocamentos compulsórios e o “desaparecimento” de unidades sociais; o desmatamento e a devastação intensiva dos recursos naturais que alterou substancialmente o ecossistema, com o envenenamento do solo e dos recursos hídricos; desaparecimento de riachos e lagoas, antes perenes; devastação das áreas de babaçu e de áreas destinadas à caça. Assim, os dados abaixo apresentam uma série de efeitos vivenciados e elencados pelas famílias atingidas como ações que têm imobilizado a força de trabalho e, conseqüentemente, alterado o seu modo de vida e negado seus direitos ao território.



Comunidade Ermo – Coelho Neto-MA

Expansão da produção agrícola

Nos municípios de Coelho Neto, Caxias e Afonso Cunha, como lócus de investigação, foi identificado o avanço do agronegócio nos últimos anos, com a presença de novas empresas e produtos, alterando significativamente a paisagem e o modo de vida de famílias que tradicionalmente ocupam e exploram os recursos naturais. Planos e projetos econômicos privados e de infraestrutura tentam se justificar por meio de discursos amparados por uma ideia de “desenvolvimento” que, há séculos, associa crescimento econômico com a mercantilização dos recursos naturais. Obedecendo essa lógica, novas empresas e produtos vêm sendo produzidos nessa região, voltados exclusivamente para o mercado. Os quadros abaixo indicam a produção.

	CANA DE AÇUCAR		EMPRESAS
	Hectares plantados	Produção anual em toneladas	
COELHO NETO	4.968,0000	193.752	Itajubara S/A Açúcar e Alcool do Grupo João Santos
CAXIAS	3.623,0000	—————	Grupo João Santos COMVAP
ALDEIAS ALTAS	7.060,0000	317.970	Grupo Itapecuru Bioenergia

Fonte: FIBGE/2019

	SOJA		EMPRESAS
	Hectares plantados	Produção anual em toneladas	
AFONSO CUNHA	5.800,0000	20.740	Agrícola Vontobel LTDA
CAXIAS	3.623,0000	—————	Augusto Vadeir Bilibil – Fazenda Quarta Estância

Fonte: FIBGE/2019

Além desses dois tipos de produtos – cana de açúcar e soja, em Caxias há plantio de 990 hectares de bambu, pela empresa Agrimex S/A pertencente ao Grupo João Santos e, mais recentemente, investimentos na produção de eucalipto por algumas empresas, entre elas, a Eugênio Coutinho.



Plantação de soja no município de Afonso Cunha. 24/04/2017



Plantação de soja e ao fundo casas de forno para fabricação de carvão. Afonso Cunha. 24/04/2017

“Eles acabam com tudo. Eles não deixam nada”: desmatamento e processo de devastação.

As famílias afetadas por esses megaempreendimentos denunciam a intrusão e devastação não apenas das matas nativas, de babaçuais, mas também dos territórios ocupados tradicionalmente por essas famílias, provocando diferentes efeitos de cunho ambiental, econômico e cultural. O primeiro efeito é o próprio desmatamento e com ele, o processo de devastação que não se caracteriza apenas pela ação devastadora dos recursos naturais, mas também pelas relações sociais e pelos conflitos que caracterizam a ação predatória.

O desmatamento para o plantio de soja no município de Afonso Cunha exemplifica esse processo de devastação. Segundo dados do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Afonso Cunha, o desmatamento para o plantio não respeita a fauna e a flora e vai derrubando tudo que encontra pela frente. Segundo Sr. Antônio dos Santos Filho, presidente do sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Afonso Cunha - STTR, o processo se inicia com a definição das localidades a serem derrubadas.

“Mas é uma destruição total, porque **eles acabam com tudo, eles não deixam nada**. Tinha muito bacuri; pequi acabaram. O ipê levaram tudo.... E é desse jeito aqui [...] Começam marcando terras, botando aquelas plaquinhas. Sei que quando vem, já e com o é com os trator das correntona, já destruindo. Aí a gente se sente pequeno [...] Sei que quando eles explodem é um câncer mesmo, né?” (Antonio dos Santos Filho – STTR-Afonso Cunha. 24/04/2017)

Essa madeira retirada, independentemente do tipo, é transformada em carvão. Esse primeiro processo da cadeia produtiva também gera lucros para os empreendimentos, com a fabricação e venda do carvão. Segundo ainda informações do STTR de Afonso Cunha, há relação entre algumas empresas que otimizam esse processo de desmatamento e a fabricação do carvão a partir da madeira retirada. Uma empresa fica responsável pela “limpeza” do terreno para plantio e, em troca, fica com a produção do carvão. Essa relação é descrita pelos agentes sociais como empresas *aliadas*.

“Digo assim que já tem um contato, são aliadas porque é a primeira que vem na frente, faz um forno e aí passam eles derrubam, cortam tudinho e arrastam e transformam tudo em carvão. Eles saem daqui nas carretonas aí subindo, sei nem pra onde é. Rapaz é rapidinho eles fazem a serra, faz um casa de telha linda demais, e os fornos tão tudo ali, agora as casas eles desmancham e vão embora”. (Antonio dos Santos Filho – STTR-Afonso Cunha. 24/04/2017)



Preparação para o plantio de cana de açúcar em Caxias-MA. 25/04/2017



Área para plantio de soja da fazenda Quarta Estância – Caxias-MA



Silo para armazenagem de soja - Fazenda Quarta Estancia –Caxias. 25/04/2017

Com o avanço desses empreendimentos nos territórios tradicionalmente ocupados, como apontado acima, tem se intensificado o processo de devastação ambiental e redimensionado a dinâmica das lutas sociais. As famílias das comunidades tradicionais vêm denunciando a forma como o avanço desses empreendimentos têm afetado o seu modo de vida. Em primeiro, a devastação dos pequizeiros, bacurizeiros, carnaubeiras, e babaçuais, que faziam parte da economia familiar, para dar lugar a outro cenário formado por longas extensões de cana-de-açúcar, bambu e soja. Os efeitos são imediatos no modo de vida das famílias que relembram a fartura que existia em seus territórios e denunciam a situação que se encontram.

“ Nós morávamos no interior de Brejo chamado Veado Branco, aí nós viemos pra cá trabalhar lá na Mamorana, aí a gente gostou do lugar. Era bom demais, tinha fartura. Aí o José disse 'Dinha, a gente vem morar aqui'. 'Pois nós vem'. Bom demais. Peixe nas lagoas como tinha... Tinha fartura mesmo, de tudo, né. De certos tempos pra cá, minha filha, se acabou. Tudo está se acabando, é tudo (...) Os cocos acabaram-se tudo, está tudo é queimado. Aí os morros as palmeirinhas em cima do morro queimaram-se foi tudo. Logo a firma derrubou tudo [...] e aí ficou alguns na cabeça do morro” (M. C. - comunidade Ermo. 16/11/2017).

“ Chegamos aqui era só o cocal, só o mato mulher. Depois que foi fazer pra plantar cana, acabou tudo. Aqui morava gente nessa época. Agora foi tudo embora. Se espalharam tudo [...] Eu vendia coco, fazia azeite, vendia. Quando nós chegamos aqui, nós quebrava coco, levava na cabeça para vender lá naquele Coelho Neto. Nós saía daqui na primeira cantada do galo, caminhando ali até chegar lá. Quando era tardezinha a gente chegava, fazia a comprinha que a gente queria comprar e trazia todo tempo caminhando. Saía bucado de homem e mulher tudinho para vender em Coelho Neto. Quando chegava lá na Pimenteira, a gente colocava os saquinhos no chão para poder esperar o dia amanhecer para ir para Coelho Neto vender. Nós íamos quase todo fim de semana nos ia, quase todo fim de semana a gente vendia os cocos. Agora não tem mais coco aqui não, acabou por causa do fogo que sapeca o chão todo, não tem mais nem condição de juntar coco. Aí não tem coco de jeito nenhum. Estão tudo sapecado. Todo ano as bichinhas são sapecadas e não pode mais nem dar coco”. (A. M. C. N. - Comunidade Curupati/Mangueira. 16/11/2017).

“ Nós vivíamos de roça e quebrar coco. Aí os cocos acabaram que foi metendo máquinas e plantando cana, aí acabou-se de vez. Cercou tudo isso, aí era um brejão monstro e acabou com tudo” (Milagres Rego– Comunidade Piranhas. 16/11/2017).

“ As mulher antigamente viviam era na base do coco e hoje se fossem sobreviver do coco morriam de fome, porque a área que era áreas de chão, desmataram tudo só pra eles, pros beneficiário. Hoje as mulher sobrevive mesmo é... tira mesmo é só pra consumuzim véi mesmo, tira um leitinho velho mesmo e só. Mas como antigamente pra viver... só, num dá mais” (J. A. – Comunidade São Martinho. 25/04/2017).

Lá no Curupati também a **gente tem que tirar cana para plantar gente** (D. Maria Antonia – Comunidade Curupati. 10/04/2019): os cemitérios

O avanço dos plantios de cana de açúcar e soja também não respeitam os locais sagrados, como os cemitérios. Segundo as famílias, os cemitérios são tomados pelos plantios, como as imagens abaixo refletem, dificultando o acesso aos mesmos. Em Afonso Cunha, a plantação de soja ocupou a área do cemitério. No Centro do Açude, segundo D. Maria de Fátima, “eles plantaram dentro do cemitério mesmo [...] no tempo que cheguei, não era cana, era só propriedade. Esse cemitério aí (foto 07) foi feito depois dos engenhos e os outros foram destruídos. (Maria de Fátima. 10/04/2019)

A proximidade da plantação de cana de açúcar com o cemitério o deixa exposto ao fogo, em épocas de queimada da cana de açúcar.



Cemitério tomado pela plantação de soja em Afonso Cunha. 24/04/2017



Cemitério no povoado Centro do Açude. 16/11/2017

Sáimos para a beira da estrada (Maria Antonia – Comunidade Curupati): deslocamentos compulsórios

“ Nós morava lá pra dentro, lá no buquerão, no Monte Belo. Sáimos para a beira da estrada. Colocaram a gente tudinho na beira da estrada. Não deram casa, não deram água, não deram nada. Só deram o morro para fazer as casas. Negócio é sério”. (Maria Antonia – Comunidade Curupati. 10/04/2019)

“ Tiraram nossa paz, tiraram nosso sossego. Você vê aí tanta variante (...) estamos aqui empresado. A variante passa aqui, e o outro bem aqui. Empresaram a gente, e é essa é a maior falta de sossego, porque nós nunca mais plantamos, esse quintalzinho tudo era cheio de planta, tinha plantio, agora não faço mais nada, e a gente não tem sossego”. (R. M. - Comunidade Ouro Verde. 15/11/2017).

A fala acima de uma moradora da comunidade representa a situação que famílias estão se deparando com as ameaças de perderem seus territórios. No município de Coelho Neto, o mapeamento realizado em 2006 já apontava para o avanço do “desaparecimento” de unidades sociais inteiras. Na época, as comunidades quilombolas Encantado, Taboca, Conga, Escondido e Centro do Grotão foram engolidas pela cana de açúcar. Os últimos dados do STTR apontam outras localidades que foram tragadas pela cana: Salgado, Paú e Olho D'Água Pequeno. Segundo ainda o STTR de Coelho Neto, outras localidades estão sob ameaça de serem colocadas à venda pelo grupo, como, por exemplo, a comunidade quilombola Cocal. Abaixo o quadro de localidades que estão sendo colocadas à venda por algumas empresas do grupo João Santos.

RELAÇÃO DE IMÓVEIS PARA RESCISÕES

DENOMINAÇÃO	ÁREA	EMPRESA	LOCALIZAÇÃO
Pabulagem	465,6400	Itaocara	Coelho Neto
Deserto Lindoso	124,2400	Itaocara	Coelho Neto
Mascos, cafundó e Santa Tereza	2.324,4050	Itaocara	Coelho Neto
Cipó	57,2000	Itaocara	Coelho Neto
Graça	390,4003	Itaocara	Coelho Neto
Conceição I	102,0000	Itaocara	Coelho Neto
Conceição II	350,0000	Itaocara	Coelho Neto
Santa Maria	168,5400	Itaocara	Coelho Neto
Buenos Aires I	41,5000	Itaocara	Coelho Neto
Buenos Aires II	166,3833	Itaocara	Coelho Neto
Carmo, São Lourenço e Sobrado	2.710,7600	Itaocara	Coelho Neto
Anajás e Patizal	317,2500	Itaocara	Coelho Neto
Bela Vista	100,0000	Itaocara	Duque Barcelar
SUB TOTAL	7.358,3186		
Deserto	28,2477	Caig	Coelho Neto
Olaria do Deserto	74,2400	Caig	Coelho Neto
Campos, Brejinho e Espinho	982,1245	Caig	Coelho Neto
Capoeiras	817,8755	Caig	Afonso Cunha
SUB TOTAL	1.902,4877		
Queimada	134,0000	Itaberaba	Duque Barcelar
Santana Velha	40,0000	Itaberaba	Duque Barcelar
Sapecado e Nambú	261,3600	Itaberaba	Duque Barcelar
SUB TOTAL	435,3600		
Cocal	98,3150	Itaquatins	Coelho Neto
Baixa Fria	1.504,2680	Itaquatins	Coelho Neto
São Benedito	200,0000	Itaquatins	Coelho Neto
SUB TOTAL	1.802,5830		
Alegre	84,2160	Agrimex	Buriti
Poços das Alegrias	231,8500	Agrimex	Buriti
SUB TOTAL	316,0660		
Portela	799,3260	Itapuama	Buriti
Calumbi e Inchú	332,0000	Itapuama	Buriti
Sítio Velho	63,0000	s/ registro	Buriti
SUB TOTAL	1.194,3260		
TOTAL GERAL	13.009,7353		

Fonte: STTR – Coelho Neto. 2019

O resultado da expansão dos empreendimentos é a expulsão ou o deslocamento de famílias das localidades que serão destinadas à produção agrícola para a sede municipal ou para outras localidades mais distantes, denominadas pelos entrevistados de quebradas de morro. Segundo as famílias, essas localidades não dispõem de qualquer infraestrutura para a reprodução física e social das famílias e ocasiona a perda da autonomia no uso e controle dos recursos naturais.

Um caso específico é a situação da comunidade Curupati. Famílias que tiveram seus territórios ocupados pelo plantio de cana de açúcar foram obrigadas se deslocarem para as quebradas dos morros, denominado de Mangueira. Entretanto, permanecem chamando de Curupati. Uma moradora da Comunidade Curupati narra como as famílias são retiradas de seus territórios.

Pesquisador: Eles construíram essa casa para a senhora?

A. C.: Nadinha mermã, nadinha. Só deram mesmo o lugar para fazer. Só disseram. Eles que escolheram aqui, tiraram mesmo as casas e colocaram a gente pra cá. Mas não ajudaram em nada, não construíram nada. Aí cada um fez sua casinha aonde quis, em cima das pedras. Aqui era um pedregoso mais enorme do mundo como ainda é, nem criar a gente não pode.

Pesquisador: E a sua casa lá? O que fizeram com ela?

A. C.: Minha casinha lá? Nadinha. Lá foi desmanchado tudim pra gente trazer as madeiras para uns fazer as casas aqui. Derrubava as casas lá, aí um vinha pra casa daquele, pra casa do outro, para poder trazer as madeirinhas de lá.



Comunidade Curupati (Mangueira) 16/11/2017.

Em Caxias, grandes áreas estão sendo desmatadas e cultivadas pelos denominados *Gaúchos* (Fazenda Quarta Estância). Famílias do povoado Ouro Verde vêm sendo ameaçadas de perderem suas terras. Segundo os moradores, as “negociações” em torno do deslocamento de famílias de seus territórios tradicionalmente ocupados estão sendo realizadas de forma arbitrária. Os moradores se recusam a sair de seus territórios para viverem em uma espécie de vila construída para essa finalidade.



“Vila” construída pela empresa para o remanejamento de famílias da Comunidade Ouro Verde (15/11/2017)

Afirmam que não basta uma casa no padrão que não condiz com a deles, sem uma planta na porta ou no *terreiro* e sem árvores frutíferas e outras formas de construções e benfeitorias, como os galpões onde guardam seus instrumentos de trabalhos e produtos originários das roças. E alegam também não ter água, nem energia elétrica. Alegam que o território pertence a eles e que não é justa essa forma de acordo. Exigem a garantia de permanência no território.

“ Quarenta e seis anos que a gente mora aqui. Aí eles entraram num acordo aqui com a gente para tirar a gente do meio da terra. Eles compraram esse terreno. Aí eles procuraram pra gente se a gente queria um cantinho pra gente ficar fora do meio da terra. Concordou que queria. Aí eles disseram 'vamos procurar um lugar para gente mandar construir a casa, a gente manda cavar um poço pra vocês ai o damos com água'. Aí a gente escolheu aquele canto da terra, deram as casas, mandaram ralar o chão e o poço que já secou, lá tá seco, aquilo tudo seco. Aí fizeram lá as casas, não terminaram tudo e queriam porque queriam que a gente saísse daqui sem água, sem energia, lá de jeito nenhum era pra gente sair. Como que nós vamos sair daqui se nós estamos aqui no lugar da gente, sossegado, com água? Aí leva esse idoso aqui, essa criança especial, um bem ali assim é especial. A gente vai no lugar daqueles sem ter nada, não tinha condições, no lugar daqueles sem sombra, sem nada, só poeira. (D. J. - povoado Ouro Verde. 15/11/2017)

“ Ai eles ficaram e chegaram e disse 'não, que vocês não mudaram pra lá porque não quiseram'. A gente não mudou porque a gente não quis que a gente não ia morrer de fome, de sede, sem luz, sem nada” (R. M. - Povoado Ouro Verde. 15/11/2017).



Comunidade Ouro Verde. 15/11/2017

Uma das comunidades que “desapareceu” pelo avanço da plantação de cana de açúcar foi o Centro do Açude. Atualmente apenas uma família permanece no local: o senhor José Rodrigues e sua esposa D. Maria de Fátima vivendo em uma casa da empresa na comunidade, sem energia elétrica e água e a três metros da plantação de cana de açúcar. Segundo o Sr. José Rodrigues da Silva, 83 anos e morador na localidade há 43 anos, a comunidade chegou a ter aproximadamente oitenta moradores nos anos de 1974 e 1975 e viviam do plantio de roça e da quebra do coco babaçu nos cocais da redondeza.

“ Tinha muito morador. Tempo do açúcar tinha morador demais, tão sendo que tinha morador lá daquela estrada pra placa, tudo era Centro do Açude. [...] mesmo que não tivesse cem, mas tinha por volta de uns oitenta morador. Tinha muita gente, entre um lado e outro da estrada morava muita gente né. Eles foram embora porque o pessoal não pode tá dentro” (José Rodrigues – Centro do Açude. 16/11/2017)

Maria de Fátima: Eu fico bem no meio dos venenos.

Pesquisador: nunca pediram pra a senhora sair?

Maria de Fátima: pediram, mas ai eles não iam me ajudar nem me dar uma outra casa.

Pesquisador: a senhora está nessa casa há quantos anos?

Maria de Fátima: eu cheguei lá em 73.

Pesquisador: Nessa casa, nesse mesmo lugar?

Maria de Fátima: Nesse mesmo lugar, só não é na mesma casa. Mas nesse tempo não era cana, era mata, aí depois veio o pessoal de Pernambuco que era os chamados fornecedores, aí plantaram cana e nós ficamos bem no meio da área. Mas já pediram pra gente sair de lá. Quando me derem uma casa ou uma ajuda eu saio.



Centro do Açude e plantação de cana de açúcar. 16/11/2017



Casa do Sr. José Rodrigues e D. Maria de Fátima – Centro do Açude. 16/11/2017

O processo de devastação ocasionado pelo avanço das plantações de cana de açúcar, bambu e soja nessa região tem gerado outros níveis de problemas que alteram o cotidiano das famílias que ali vivem e acabam imobilizando a força de trabalho a ponto de não conseguirem mais se manter no território, sentindo-se obrigadas a procurarem outros locais para sobreviverem. Os relatos aqui apresentado quanto a degradação do solo, assoreamento dos rios, contaminação do lençol freático e do próprio solo com uso de defensivos químicos são alguns deles. A água é um dos recursos naturais mais impactados, tanto pela privatização de algumas nascentes e riachos, quanto pela contaminação, o que limita o uso desses recursos pelas famílias.

“ Eu acredito assim, que o bambu e as outras plantações, pra lá, bambu, soja, essas coisas nos afetou no ponto de água, que você sabe que onde tem esse tipo de plantação o solo fica mais ruim, e não fica numa boa. Aí aqui nós tava vivendo uma privação muito grande de água (...) Pois é, como eu tava dizendo pra vocês que a história da água aqui é que foi primeiro que a gente enfrentou [...] depois passou a não ter mais água, que nunca mais teve um inverno. Aqui cobria, a água aqui era muita. Não sei se foi depois daquelas plantações de soja que fazia muito tempo né? E bambu, cana pra li. Onde tem esse tipo de coisa, claro que a água a tendência é diminuir, ficar mais seco o solo. Aí foi que a gente fez, a minha cunhada e minha irmã, fez um poço, cavamos um poço, porque se não, não tinha água de jeito nenhum, nós tava bebendo da casa da dona Adalgisa”. (Remédios - povoado Ouro Verde. 15/11/2017)



Área que antes formava lagoa no período de chuvas – Comunidade Ouro Verde – Caxias. 15/11/2017

“ Quando eu cheguei aqui do Piauí, lugar mais seco do que tudo, toda essa região, eu tive a curiosidade de fiscalizar essa propriedade, aí eu contei com o pessoal aqui tinha 43 brejos, isso nascente mesmo. Hoje tem em média de 12. Já foi embora tudo. (A. A. C. – Comunidade Engenho D'água. 15/11/2017)

“ Piorou, porque além de banhar o solo com o veneno, as nascentes se acaba né? Esse açude aqui próximo não enche, açude que enchia muito, hoje não enche mais e a terra né que da agua não consegue descer, escoar cabeceiras... É desse jeito. (Antonio dos Santos Filho STTR-Afonso Cunha. 24/04/2017)

O uso constante de águas pelas empresas para irrigação dos plantios ocasionam, além do não acesso a esse bem pelas famílias, o assoreamento do rio Parnaíba, situação narrada pelas famílias das comunidades de São Martinho e Engenho D'água, em Caxias e percebida também no município de Coelho Neto.



·Sistema de irrigação da plantação de cana de açúcar e bambu –
Projeto Âncora do Grupo João Santos – Coelho Neto-MA



· Sistema de irrigação da plantação de cana de açúcar e bambu –
Projeto Âncora do Grupo João Santos – Coelho Neto-MA



Estação de bombeamento no rio Paranaíba – Coelho Neto-MA do grupo
João Santos para a irrigação dos plantios de cana de açúcar e bambu. 16/11/2017

“ Pois bem, atravessando para o Maranhão (COMVAP) eles começaram a querer nos matar de uma vez colocando as bombas nos riachos e essa bomba trabalhou um verão todinho. aquele pessoal ali do bom princípio daquela região ali la no assentamento, aqui também. Aí nós fomos pro sindicato de Caxias do meio ambiente, fomos para um lugar e outro e sem nada de melhorar (A. A. C. – Comunidade Engenho D'água. 15/11/2017)

Em São Martinho, a COMVAP construiu um *pontão* onde fica a balsa da empresa que transporta empregados e mercadorias para o Estado do Piauí, mais especificamente, no município de União, onde fica uma usina de açúcar. Para otimizar o deslocamento da balsa, foi construída também uma *draga* para a retirada da areia do leito do rio.



Draga no leito do rio Parnaíba – Caxias-MA. 25/11/2017



Vista do pontão às margens do rio Parnaíba. São Martinho – Caxias-MA. 25/11/2017

As utilizações de venenos para controle de pragas nas plantações também ocasionam prejuízos não só no meio ambiente, mas também no modo de vida das famílias. Uma prática que está se tornando comum é a pulverização de aérea com defensivos agrícolas como os agrotóxicos. Ao serem lançados, estes produtos alcançam rios, lagos, lençóis freáticos e plantações em geral, afetando diretamente os moradores.

A aplicação do veneno pode ocorrer de duas formas: através da pulverização direta nos plantios ou através de pulverização via aérea, com o uso de aviões. As duas formas, além da contaminação do solo e do lençol freático, e, por consequência as roças e acabam prejudicando a saúde dos moradores, com doenças alérgicas, água consumida pelas famílias. Logo, os efeitos na utilização do agrotóxico alcançam diferentes dimensões da vida social das famílias das comunidades, pois acabam utilizando a água contaminada dos lagos e riachos, assim também como nos alimentos consumidos provenientes, inclusive, de seus próprios roçados, que acabam sendo atingidos por esses insumos.

“ Como é que eles faziam, eles colocavam o avião, o cara ficava bandeirando daqui e o avião jogava pesticida por lá, passava por cima do bandeirinha aqui pra poder orientar o avião, entendeu, e aquilo ali cai nas comunidades, né! É... outra coisa que é muito assim, que atrapalha muito, é porque se eles fazem o campo aqui, eles trabalham com herbicida todas aquelas comunidades ao redor, os insetos atacam aquelas comunidades nas roças deles, e sem falar nos animais que eles matam né! até mesmo os jumentos eles matavam nessa região de Buruti. [...] aí em Miguel Alves também tem também muita doenças de pele... [...] e aqui quando eles colocavam o material aqui nessa cana aqui, era muito comum as pessoas aqui em Coelho Neto se coçarem”. (Antônio Pires – STTR Coelho Neto. 24/02/2017).

“ Por conta da disseminação do veneno, são inúmeras as reclamações de forte odor e coceira, que afetam a saúde de adultos e crianças, e em algumas vezes é as aulas nas escolas podem ser suspensas por conta disso. “Na Macaúba, que fica depois da Pimenteira as pessoas bebem água contaminada de veneno das canas” (Nhozinho Araújo - STTR Coelho Neto. 12/06/2018).

“ É só chapadão que lá eles querem passar com máquinas, porque a soja precisa de inseticida direto botando remédio, botando veneno o tempo todinho, embaixo eles não conseguem ... [...] Tudo, tudo não gera renda em nada, nada, pra dizer assim 'Afonso cunha melhorou porque o negócio tá ali e tal e a empresa tá gerando...' Não. Eles só vem, bota o veneno né, até a senhora sabe que pra colher a soja eles colocam o veneno pra matar a folha, queimar a folha, aí eles colhem ali e adeus”. (Antonio dos Santos Filho STTR-Afonso Cunha 24/04/2017).

“ Todas essas áreas aqui eram agricultáveis [...]. Aqui eram as lagoas que passou a colocar os dejetos da empresa. Aí eles fizeram um processo de recuperação. Ali já era as vinhaças e jogava no rio. É muito comum ver os pássaros pegando peixe morto na beira do rio”. (Antônio Pires-STTR Coelho Neto. 16/11/2017).



Lagoa de dejetos de cana de açúcar – Coelho Neto. 16/11/2017

Cana perto, roça longe: estratégias de imobilização da força de trabalho e resistência

Os relatos apresentados apontam para estratégias de imobilização da força de trabalho criadas pelas empresas que dificultam a reprodução física e social das famílias em seus territórios. Essas formas de imobilização faz com que as famílias percam aos poucos a autonomia no uso e controle dos recursos, dificultando a permanência no território, chegando ao extremo que é a saída de seus territórios em busca de outras condições de vida que lhes garantam a sobrevivência.

Como estratégias, as famílias citam: o impedimento de cercar terras, de criar animais, a obrigatoriedade de pagar renda, a proibição de melhorias nas habitações (construção de casas de alvenaria) e de benfeitorias (construção de casa de farinha) e impedimento de cultivarem roças. Tratam-se de estratégias comuns que estão presentes nas falas de todos os entrevistados das localidades Curupati, Ermo, Piranhas e Centro do Açude, no município de Coelho Neto, mas também no município de Caxias, nas localidades de São Martinho, Engenho D'água e Ouro Verde.

Entretanto, os dados empíricos apontam que há outras alternativas e uma delas passa pelas formas cotidianas de resistência. Na intensificação do processo de devastação há também o redimensionamento na dinâmica das lutas sociais e sua resistência aos efeitos predatórios ocasionados por práticas de conflitos socioambientais e agrários, estabelecendo outra forma de territorialidade. Algumas famílias resistem, insistindo na produção de seus roçados, mesmo distantes de seus locais de moradia; criando de animais de pequeno e médio portes, construindo casas de alvenaria e mesmo trabalhando “fichado” para as empresas.

“ Eles não deixam a gente cobrir a casa de telha não, essa daqui já pegou fogo que a fásca de fogo veio não sei nem de onde aí pegou fogo só não queimou porque tinha muita gente aqui a juntou e jogaram água nela. É porque aí, ele como dono, ele quer governar né, ele é o dono né está no querer dele. Aqui é assim todo tempo. Aí eu fui pedir para fazer pelo menos essas casas e a do meu menino de adobo. Não tem o adobo de fazer casa igual tijolo, só que é cru? Eles não aceitaram não” (J. S. – Comunidade Ermo. 16/11/2107).

“ Tem que pedir autorização e pagar renda embora faça so uma linha de roça ou que traz ou que não traz ou que o inverno enche ou que não enche mas tem que pegar. Se não pagar com o legume, paga com o dinheiro. É a lei aqui é essa. Tem muitas terras beirando essas canas que ela não deixa plantar não [...]. A outra onde não é cana é arrendada pra gado. Os terrenos de fazer roça ta tudo arrendado com gado. Se um pobre quiser fazer uma roça tem que se comunicar com o dono da solta ai o dono da solta já dá aquela rocinha pra gente que ele disse que tá pagando renda a empresa”. (J. S. – Ermo. 16/11/2107).

“ Então assim, aqui todo mundo cercava a sua área que fosse beneficiada, né? Então a COMVAP chegou, e ela não cerca. Ela é uma firma muito grande. Ela tem poder de cercar e ela não cerca. Isso já é uma grande, é uma falta para o lado do pequeno agricultor. Que o pequeno agricultor você sabe, ele não tem condição de muitas coisas. Então isso ai tanto faz, é uma grande crise pra nós. [...] Se o pobre tiver uma criação, um porco, um bode, qualquer bicho que for, se bater na deles, eles já 'tá' pegando pra levar e já vai pagar diariamente a partir do dia que ele pegar na criação. É assim pesado né?” (J. A. - São Matinho. 25/04/2017).

“ Porque hoje a situação aqui é difícil, vou começar primeiro com a empresa de cana-de-açúcar que é a COMVAP. A COMVAP tem alguns anos que se instalou aqui em nossa região e vem travessando ou travessou o Maranhão e o Piauí. Aliás, ela fica bem ali na beira do rio e a nossa situação é tão difícil que estamos vivendo uma sujeição de trabalho escravo porque o sistema da COMVAP aqui é um sistema de escravidão. Os trabalhadores sai quatro horas da manhã daqui com uma marmitta de boia fria. Não tem alojamento nos campos de cana de açúcar, numa quentura dessa região e começam a chegar seis ou sete horas da noite e a gente vê essa situação dando ainda graças a Deus porque tem essa comvap para fazer esse contrato às vezes de 90 dias as vezes quatro meses. Depende da safra e ainda é do jeito que eles querem fazer”. (A. A. C. – Engenho D'água. 15/11/2017).



Plantação de banana de José Rodrigues. Centro do Açude. 16/11/2017

“ Já gradearam ali na beira do riacho. Não deixam ninguém plantar do outro lado do riacho. Eles já vieram aqui, mandou o pai apanhar o feijão dele que eles iam passar a máquina, eles já passaram já. Os animais a gente cria mais é preso bode, boi, galinha, cavalo mesmo só anda amarrado e os bois também só anda amarrado. Eles dizem que não pode nem fazer casa de tijolo também”. (Lailda Araújo - Piranhas. 16/11/2017).



·Mulheres lavando roupas no rio Parnaíba - Caxias. 25/04/2017

“ [...] Então, com isso, se sucumbiu mais de cento e poucos povoados, né! É... com a implantação desse projeto aqui em Coelho Neto. “Tão” é que hoje nós temos quinze por cento da população é rural. O restante, todos moram na cidade, entendeu? Nós temos a questão da agricultura familiar, dos nossos trabalhadores, nós temos em torno de sessenta por cento da nossa população é trabalhador da agricultura familiar que fazem uma roça... vinte, trinta quilômetros de distância... né! Sai daqui muitas vezes segunda feira de manhãzinha e voltam as vezes no, na... no sexta-feira à noite né! A tardinha ou no sábado né? Ou deles, tem moto “num é”? e vão e vem, fica nesse transação, e muitas das vezes esses pais nem chegam a acompanhar o crescimento dos filhos, porque ou seja, mora na roça e passeia em casa devido o aglomerado do agronegócio da cana-de-açúcar. (Antonio Pires – STTR-Coelho Neto. 24/04/2-017)

“ Tem uns povoados... povoado Olho D'água Grande, povoados que ficam aqui perto. Se quiserem olhar tem o povoado Centro do Açude que hoje é um povoado Grande, enorme. Aqui foi sucumbido mais de 130 povoados com a expansão da cana de açúcar e o bambu. Povoado Piranhas, que são pessoas que sobrevivem e moram na cidade e que foram expulsos da zona rural e vieram optar pela cidade e daí passaram a ter uma prática de resistência nas Piranhas, para fazerem quinta. (Antonio Pires – STTR-Coelho Neto. 24/04/2-017)

“ Tem uns terrenos que eles não deixam plantar mesmo, não. Porque eles dizem que é área de cana. Tem muitas terras beirando essas canas que ela não deixa plantar não (...) Eles dizem que não é mais para plantar e aí a gente tenta. Você sabe que a gente que é pobre é teimoso. Aí sempre a gente continua plantar assim mesmo, porque a gente tem que plantar na terra e a terra que tem é essa que vai ficando que eles plantam cana. aí a gente planta aí. Ela fala de arrancar, mas aí depois não vem arrancar, porque ali é só dizer mesmo, mas não vem não. (J. S. – Ermo. 16/11/2107)



PROJETO
CONFLITOS SOCIAIS E
DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL NO
BRASIL CENTRAL

BOLETIM INFORMATIVO
Número 3/ Agosto 2019

1. Resistimos para existir: dizemos não à usina nuclear no São Francisco.
2. Articulação vazanteiros em movimento.
3. **Vai derrubando tudo pela frente: os efeitos dos megaempreendimentos.**



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO
MARANHÃO

PPGCSPA

Programa de Pós-Graduação
em Cartografia Social
e Política da Amazônia

PNCOSA

Projeto Nova Cartografia
Social da Amazônia

Nova Cartografia Social do Brasil
**PROJETO BRASIL
CENTRAL**



STTR de Coelho
Neto - MA

UEA
UNIVERSIDADE
DO ESTADO DO
AMAZONAS



FORD FOUNDATION